

O TRABALHO DE CAMPO SOB O PRISMA DA AFROCENTRICIDADE

Emerson Costa de Melo ¹

Resumo: A reflexão em tela coloca em evidência a necessidade da intersecção entre a prática do Trabalho de Campo com os princípios norteadores da agenda afrocentrada proposta por Molefi Kete Asante, no que tange aos estudos sobre comunidades negras. Pautando-se no exercício de revisão teórico metodológico sobre as características propositivas da afrocentricidade e sua contribuição para a promoção de abordagens para apreender o fenômeno socioespacial, espera-se que a reflexão encaminhada contribua para o despertar de outras e novas perspectivas em campo, que reconheçam a diversidade de vozes e narrativas do agente negro na produção, organização e gestão de suas próprias geograficidades.

Palavras-chave: Comunidades Negras; Terreiros de candomblé; Quilombos; Análise socioespacial; Estudo Afrorreferenciado.

FIELDWORK THROUGH THE PRISM OF AFROCENTRICITY

Abstract. The reflection at hand highlights the need for an intersection between the practice of Fieldwork and the guiding principles of the Afrocentric agenda proposed by Molefi Kete Asante, concerning studies on Black communities. Based on a theoretical-methodological review exercise on the propositional characteristics of Afrocentricity and its contribution to promoting approaches to apprehend the socio-spatial phenomenon, it is hoped that the forwarded reflection contributes to the awakening of other and new perspectives in the field, which recognize the diversity of voices and narratives of the Black agent in the production, organization, and management of their own geographicities.

Keywords: Black Communities; Candomblé temples; Quilombos; Socio-spatial analysis; Afro-referenced study.

¹ Pós-Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGGEO/UFRRJ. Babalawo Ifasakin Aberefa – Sacerdote do Ijó Ifá Mimó. E-mail: meloemersonc@gmail.com, orcid <https://orcid.org/0000-0002-4395-2517>

EL TRABAJO DE CAMPO BAJO EL PRISMA DE LA AFROCENTRICIDAD

Resumen. La reflexión presente pone en evidencia la necesidad de la intersección entre la práctica del Trabajo de Campo y los principios rectores de la agenda afrocéntrica propuesta por Molefi Kete Asante, en lo que respecta a los estudios sobre comunidades negras. Basándose en el ejercicio de revisión teórico-metodológica sobre las características propositivas de la afrocentricidad y su contribución para la promoción de enfoques para aprehender el fenómeno socioespacial, se espera que la reflexión remitida contribuya al despertar de otras y nuevas perspectivas en el campo, que reconozcan la diversidad de voces y narrativas del agente negro en la producción, organización y gestión de sus propias geografías.

Palabras clave: Comunidades Negras; Terreiros de candomblé; Palenques; Análisis socioespacial; Estudio Afrorreferenciado.

Introdução

É sabido que a Geografia é uma ciência que se caracteriza pela interdisciplinaridade e pela complexidade de seus temas de pesquisa. Ao longo de sua trajetória, o trabalho de campo desempenhou um papel crucial na formação de Geógrafos, Geógrafas e de Professores de Geografia ao possibilitar a integração entre teoria e prática, ao promover *in loco* o exercício de comprovação de hipóteses, validação de modelos teóricos e, ainda, a contestação de ideias pré-concebidas em gabinetes.

O trabalho de campo, enquanto ferramenta de pesquisa, remonta às origens da Geografia quando institucionalizada como Ciência, ainda no século XIX. Trata-se de um método científico indispensável, que permite compreender as relações entre homem/sociedade/natureza. No entanto, vale lembrar que o trabalho de campo foi utilizado em contextos específicos como instrumento de exploração territorial colonial, como aqueles financiados pela *Royal Geographical Society*, conhecida popularmente como *Geographical Society of London* que, sob patrocínio do Império Britânico, mapeou reservas de recursos naturais de possível exploração que, aliás, são exploradas até os dias de hoje, descrevendo a cultura e os costumes dos diferentes povos africanos, como inferiores diante de tradições branco-hegemônicas. Perspectiva que, ainda hoje, assombra o pensamento geográfico em sua ausência de posicionamento sobre a questão étnico-racial.

Cabe ressaltar que foi somente no início dos anos 2000 que a Geografia brasileira “apresentou interesse” em estudos culturais que envolvessem a percepção e as subjetividades das expressões territoriais de comunidades negras, principalmente nos estudos sobre a formação dos territórios de quilombos e dos terreiros de candomblé (Silveira, 2019; Melo, 2019). Entretanto, tais estudos, assim como outros ligados as temáticas étnico-raciais, ganharam visibilidade no âmbito geográfico apenas após a consolidação do GT - Grupo de Trabalho – sobre Geografias Negras, idealizado no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, ocorrido na Universidade de São Paulo – USP/SP, enfrentando com isso, a invisibilização e o histórico silenciamento da Geografia na análise da contribuição da população negra na formação do espaço brasileiro. Tal articulação se posicionou, e ainda

se posiciona, na reivindicação e no fortalecimento de uma agenda de pesquisa dedicada às “Geografias Negras”, ampliando o diálogo entre produção científica e militância social/acadêmica na produção de outras/novas geografidades (Guimarães, 2020).

Isto posto, ressalta-se que é em contraponto a gênese da Ciência Geográfica, marcada pelo pensamento ocidental – branco-hegemônico, que se torna relevante e precisa a necessidade da reflexão aqui proposta. Um estudo, que almeja a intersecção entre o método de pesquisa do trabalho de campo, com os princípios epistemológicos da afrocentricidade propostos por Molefi Kete Asante (1980; 1987 e 2009).

Segundo o autor, a afrocentricidade compreende a um paradigma teórico e metodológico que propõe a centralização das perspectivas, experiências, valores e histórias da população africana e afrodiaspórica como ponto de partida para a análise de fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos que envolvam a história dos povos negros.

Trata-se de um exercício de deslocamento do olhar eurocêntrico, que historicamente marginalizou ou distorceu as narrativas africanas, buscando restaurar a *agency* – capacidade de agenciamento - e a subjetividade dos povos africanos, posicionando-os como sujeitos ativos e protagonistas de seu próprio conhecimento, e não mais como meros sujeitos/objetos de estudo. Uma perspectiva que, alinhada ao trabalho de campo, torna possível o estabelecimento de uma outra/nova abordagem epistêmica para apreender os fenômenos socioespaciais que envolvem a constituição das diferentes geografidades das comunidades negras.

O trabalho de campo – o exercício geográfico

O trabalho de campo permite ao geógrafo vivenciar diretamente o espaço que estuda, o que é fundamental para uma compreensão holística dos fenômenos geográficos. Enquanto mapas, imagens de satélite e dados estatísticos oferecem informações valiosas, eles não substituem a riqueza de detalhes e nuances que só podem ser captados *in loco*. A observação direta das interações humanas com o espaço proporciona *insights* que dificilmente seriam obtidos por meio de outras ferramentas de pesquisa (Suertegaray, 2002; Lacoste, 2006; Cavalcanti, 2011).

Além disso, o trabalho de campo estimula o desenvolvimento de habilidades como a percepção, a capacidade de síntese e a sensibilidade para identificar padrões e rupturas socioespaciais, competências essenciais para a formação do geógrafo e do professor de Geografia.

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento geográfico que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Nesse sentido, o trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas deve partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos da Geografia (Alentejano; Rocha-Leão, 2006).

O trabalho de campo em Geografia requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se deseja estudar. É necessário recortar adequadamente os espaços de conceituação para que sejam revelados e tornados visíveis os fenômenos que se deseja pesquisar e analisar na realidade (Serpa, 2006, pp. 9).

Vale frisar que o trabalho de campo possibilita a interação com as comunidades estudadas, o que exige habilidades de comunicação, empatia, ética profissional e, claro, o entendimento sobre os papéis dos sujeitos e dos lugares que eles ocupam como interlocutores na relação pesquisador/sujeito. No caso dos estudos sobre comunidades negras, isso implica na relação entre o lugar de fala dos sujeitos invisibilizados/subalternizados e o lugar de escuta dos pesquisadores. Essas experiências são enriquecedoras não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também social, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes e engajados com as diferentes realidades sociais.

Suertegaray (2002) é pontual ao afirmar que o conhecimento “adquirido” em campo se faz a partir da dialética entre pesquisador e sujeito/objeto de pesquisa:

O objeto reconstrói o sujeito à medida que lhe permite a reflexão, a elaboração, a reformulação e o conhecimento de proposições, ou seja, direciona seu caminho de investigação e tomada de decisão. Trata-se, portanto, de uma relação dialética de interação, onde, ao mesmo tempo em que o objeto (investigado) reconstrói o sujeito, é também ele (o objeto) construído-reconstruído pelo sujeito (Suertegaray, 2002, pp. 103).

No que tange à formação de professores e demais pesquisadores da Geografia, o trabalho de campo constitui-se como um exercício que possibilita ler, interpretar e apreender as geografidades produzidas pelos diferentes agentes sociais de forma dinâmica, integrada e relacional, um encontro de formas, funções, essências e aparências que definem as dinâmicas socioespaciais (Serpa, 2006; Lacoste, 2006).

Ao vivenciar as experiências em campo, professores e pesquisadores desenvolvem uma percepção mais aguçada sobre o espaço, o que lhes permite desenvolver uma visão crítica e contextualizada da realidade. O trabalho de campo portanto, estimula a criatividade enquanto função pedagógica ao demonstrar como a Geografia, enquanto uma ciência de síntese, pode ser ensinada de forma interdisciplinar ao conectar a realidade dos estudantes/pesquisadores com aquela dos agentes do espaço vivido. Uma perspectiva crítica fundamental para a formação de professores e profissionais críticos comprometidos com a construção de uma Geografia que dialogue com as realidades locais em âmbito global (Suertegaray, 2002; Lacoste, 2006; Serpa, 2006; Cavalcanti, 2011).

Notas sobre a afrocentricidade

Ao propor a afrocentricidade como uma perspectiva teórico metodológica de resistência da identidade negra, Asante (1980) propõe a recentralização das experiências, histórias e valores da população negro-africana como fundamentais para a compreensão da realidade das pessoas de ascendência negra. Segundo o autor, a afrocentricidade busca restaurar o *agency* e a autodeterminação dos africanos e da diáspora, deslocando o olhar eurocêntrico que marginalizou suas narrativas. A perspectiva em tela enfatiza a importância da cultura, da história e da identidade africana como eixo central para a construção de uma visão de mundo que valorize a diversidade e a autonomia dos povos negros.

Em essência, a afrocentricidade é uma perspectiva epistemológica que visa empoderar indivíduos e comunidades negras ao reconhecer e afirmar a centralidade da herança africana na história e nas culturas humanas. Isso significa, romper com os

padrões do discurso colonial que negaram e, ainda negam, e/ou invisibilizaram as potências dos povos africanos retratando-os como sujeitos sem histórias.

A partir dessa crítica, Asante (1980) sinaliza que é na resistência e na desconstrução do eurocentrismo que a abordagem afrocêntrica surge como uma alternativa possível para povos negros (africanos e afrodescendentes), assim como para pesquisadores brancos que buscam outras narrativas que se enquadrem na luta contracolonial antirracista, perceberem a afrocentricidade como “um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos [e seus descendentes] como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (Asante, 1980, p. 93).

É sob essa afirmação que se vislumbra a afrocentricidade como uma perspectiva teórico-metodológica que possibilita o direcionamento do olhar de pesquisadores(as) geógrafos(as) ao realizarem estudos com base no trabalho de campo, principalmente, em comunidades negras. Pois, a afrocentricidade traz uma preocupação com o “lugar” de observação do pesquisador em relação ao sujeito, ou seja, o comprometimento com o “lugar” de escuta do pesquisador em relação ao “lugar” de fala dos sujeitos da pesquisa. Estes, na maioria das vezes, invisibilizados e subalternizados historicamente.

Isto posto, considera-se que o alinhamento da abordagem afrocêntrica com os princípios investigativos do trabalho de campo torna possível o reconhecimento das peculiaridades e potências das experiências e experimentações humanas que envolvem os elementos constituintes das diferentes realidades socioespaciais da população negra. Neste caso, o trabalho de campo (como um método que articula teoria e prática) e a abordagem afrocêntrica (enquanto um olhar crítico sobre a construção histórica do agente negro) consolidam as bases para a compreensão da relação que se dá entre “pesquisador e sujeito/objeto” (cf. Alentejano e Rocha-Leão, 2006; Serpa, 2006; Asante, 1980, 1987).

No que tange ao campo de possibilidades de intersecção e orientação do pesquisador no uso da afrocentricidade no exercício do trabalho de campo, destaca-se aqui o que Asante (2009) considerou como sendo as “características mínimas” para

delinear uma abordagem afrocentrada, às quais acrescentamos algumas das possibilidades de uma abordagem geográfica em campo:

1. “Interesse pela localização psicológica”: preocupação com o “lugar” de observação e fala do pesquisador em relação ao sujeito/objeto, pois o pesquisador em campo deve atentar para o seu lugar de escuta ativa na interlocução de seus agentes;
2. “Compromisso com a descoberta do lugar do africano como sujeito”: reconhecimento do protagonismo histórico/geográfico do agente negro afrodescendente na constituição de suas próprias temporalidades e territorialidades;
3. “Defesa dos elementos culturais africanos”: reconhecimento dos símbolos, signos e de expressões/manifestações culturais das comunidades negras estudadas que definem a sua própria lógica de produção e organização socioespacial;
4. “Compromisso com o refinamento léxico”: atitude ética do pesquisador ao lidar com as fontes e dados coletados em campo;
5. “Compromisso com uma nova narrativa da história da África e dos povos negros em diáspora”: rompimento com os padrões e discursos eurocentrados, que negam a capacidade de agenciamento da população negra na produção, organização e gestão de suas próprias espacialidades. Ou que ainda as definem a partir de referenciais teórico-conceituais eurocêntricos, como aqueles aplicados, principalmente, nos estudos de Geografia das Religiões.

As abordagens supracitadas, enquanto fundamentos para a estruturação de eixos investigativos em comunidades negras, contribuem para trazer à tona novos e outros referenciais que outrora foram, e ainda são, de alguma maneira, invisibilizados por não se constituírem a partir dos princípios branco-hegemônicos.

Em síntese, aventa-se que a realização do trabalho de campo, orientado pelo prisma da afrocentricidade, contribua para o direcionamento de uma pesquisa crítica, ou seja, voltada para uma outra e nova narrativa, a qual compreende a origem das

diferentes e diversas comunidades negras enquanto um fenômeno socioespacial particular que envolve o encontro entre teoria e prática, na constituição da síntese entre pesquisador e sujeito que moldam diferentes espacialidades.

A intersecção

O trabalho de campo, como já mencionado, se constitui como uma ferramenta de pesquisa essencial da Geografia. Dotado de método e com características que variam de acordo com as diferentes correntes do pensamento geográfico, o trabalho de campo viabiliza a integração entre teoria e prática na compreensão do fenômeno socioespacial em sua complexidade.

Se por um lado os conceitos teóricos fornecem o arcabouço analítico e interpretativo para a compreensão das diversas geografidades, é precisamente no campo que esses conceitos são testados, validados, refutados ou adaptados à realidade observada. É neste ponto, no cerne do encontro e das tensões, entre realidades objetivas e subjetivas, que a afrocentricidade emerge como um prisma de orientação epistemológica, não apenas relevante, mas profundamente necessária aos pesquisadores que se aventuram no desbravar das múltiplas realidades socioespaciais de comunidades negras.

Observa-se que um trabalho de campo afrocentrado em um terreiro de candomblé no Brasil, por exemplo, exige do pesquisador uma imersão não somente no entendimento das questões mítico-religiosas e rito-litúrgicos, mas na complexa organização social, nos sistemas de conhecimento, nas relações de parentesco e na história de resistência daquela comunidade.

Portanto, o pesquisador em campo precisaria estar atento à linguagem corporal, aos silêncios, às narrativas orais e às formas não-verbais de comunicação gestual, reconhecendo que o conhecimento ali produzido e transmitido muitas vezes escapa às formas canônicas da escrita acadêmica (Hampaté Bâ, 2010). Tais desafios metodológicos, neste caso, poderiam incluir a construção de relações de confiança que demandam tempo, respeito e reciprocidade, a negociação do papel do pesquisador/observador dentro da comunidade e a necessidade de desconstruir seus

próprios preconceitos e estereótipos sobre as práticas religiosas de matrizes negro-africanas.

Ainda sob uma perspectiva afrocentrada, faz-se relevante compreender as dinâmicas socioespaciais a partir das perspectivas e dos referenciais culturais locais. Isso envolve o estudo das formas tradicionais de governança no âmbito religioso, dos sistemas de conhecimento tradicionais, das expressões corporais e artísticas como forma de produção e transmissão de saberes, e das complexas relações entre o rural e o urbano, o tradicional e o moderno, entre outras formas de saberes transmitidos do mais velho para o mais novo por meio da oralidade.

O pesquisador que se propõe a se posicionar de forma afrocentrada, ou afrorreferenciada, precisa ter clareza sobre a diversidade étnica cultural e linguística, e da importância de dialogar com interlocutores locais de forma respeitosa e colaborativa, reconhecendo outras formas de saberes que fogem ao referencial ocidental.

É sabido que são muitos os desafios, e que as diferenças culturais sobre a concepção de mundo e noção de pessoa implicam em outras formas de conceber a relação entre tempo e espaço, o que nos faz ter cuidado com o uso de categorias de análises pré-moldadas sob vieses do pensamento europeu, que muitas vezes não são aplicáveis e nem fazem sentido no contexto local (Melo, 2022).

As potencialidades de tais abordagens, contudo, seriam imensas, permitindo a produção de um conhecimento geográfico que reconheça a natureza de outras narrativas, nem melhores ou piores, mas que possibilitem compreender as dinâmicas socioespaciais de agentes que pensam a sua relação com o espaço sob outras perspectivas, muitas vezes silenciadas historicamente. Neste sentido, faz-se relevante indagar que o conhecimento sobre as narrativas orais e da história local como apontado por Hampaté Bâ (2010), aliadas a experimentação *in loco* e ao uso da cartografia social, ou seja, do “ativismo cartográfico” como proposto por Santos (2012), possibilitem uma imersão profunda na realidade estudada.

Diante o exposto, acredita-se que a questão em debate se faz pertinente, visto que a perspectiva afrocêntrica propõe uma inversão desse olhar, destacando o protagonismo da população negra que, no campo da Geografia, pode ser interpretado

como a capacidade do agenciamento das comunidades negras em gerir suas próprias espacialidades. Isso significa não apenas estudar essas comunidades, mas também aprender com elas, reconhecendo seus saberes locais e suas diferentes formas de organização socioespacial (Asante, 1980).

Desta forma, acredita-se que ao adotar uma abordagem afrocêntrica alinhada ao método de pesquisa do trabalho de campo, o(a) pesquisador(a) é desafiado(a) a questionar pressupostos eurocêntricos que muitas vezes orientam sua prática. Essa abordagem não se limita aos estudos sobre terreiros, pois ao estudar um quilombo, um território com marcas identitárias de processos de racismo, violência, exclusão, segregação, as vezes de extermínio, onde pessoas negras buscaram refúgio, é de extrema importância compreender como essas comunidades se relacionam com o espaço a partir de suas próprias cosmovisões. Já que estas podem diferir radicalmente das lógicas ocidentais de propriedade privada e de uso e ocupação do solo, principalmente porque elas, em si, precisaram (re)definir padrões baseados num imaginário geográfico de África, (re)alinhado com as estruturas de poder local, o que compreende historicamente num movimento de luta e (r)existência (Silveira, 2019).

Sobre o uso de uma abordagem afrocentrada para compreender as dinâmicas territoriais dos terreiros de candomblé, Melo (2022) defende a afroterritorialidade como um conceito que busca articular a noção de território com as experiências históricas, étnico-culturais e religiosas estabelecidas pela população negro-africana e afrodescendente em seu movimento de (re)humanização e, conseqüentemente, de reterritorialização de suas perspectivas existenciais num dado lugar – o território terreiro.

Diferentemente de abordagens tradicionais que tendem a enfatizar o território primordialmente como um substrato material, um recurso a ser explorado ou uma área delimitada e controlada por fronteiras rígidas, a afroterritorialidade, ressalta a dimensão simbólica (mítico religiosa), relacional, processual e dinâmica dos territórios negros. Ou seja, ao analisar os terreiros de candomblé sob a perspectiva afrorreferenciada, Melo (2019) demonstra por meio da afroterritorialidade, as peculiaridades e a potência da capacidade de *agency* da população negra na produção, manutenção, defesa e

organização de suas próprias geografidades. Perspectiva que, na visão do autor, pode ser aplicada em todos os estudos que objetivam a compreensão das dinâmicas socioespaciais que estabelecem a questão do protagonismo do *agency* negro como ponto central para constituição de novas e outras abordagens geográficas.

Em suma, a perspectiva afrocêntrica alinhada ao trabalho de campo emerge como potencial para a “descolonização” de perspectivas enrijecidas que ocupam lugar na vanguarda conservadora da Geografia, ao evidenciar as conexões entre espaço, poder e identidade. Ao estudar as dinâmicas territoriais de comunidades negras, o(a) pesquisador(a) pode revelar como processos históricos de colonização, escravidão e racismo estrutural moldaram e, ainda moldam, as dinâmicas socioespaciais contemporâneas. Essa abordagem não apenas enriquece a análise geográfica, mas também fortalece a luta por justiça social, ao dar visibilidade a histórias e territórios que foram sistematicamente apagados.

Enquanto método de pesquisa, o trabalho de campo é, por natureza, uma prática que valoriza a imersão e a experiência do pesquisador em relação ao sujeito/objeto da pesquisa. No entanto, tradicionalmente, ele tem sido guiado por perspectivas teóricas e metodológicas que, na maioria das vezes, não consideram as particularidades culturais e históricas de grupos sociais marginalizados e/ou subalternizados no processo de formação do espaço brasileiro.

Por um trabalho de campo afrocêntrico

A interseção entre a afrocentricidade e o trabalho de campo compreende um exercício crítico necessário no que tange ao reconhecimento das diferentes geografidades negras. Suas contribuições são múltiplas e profundas, reverberando desde a formulação dos problemas de pesquisa até a divulgação e aplicação dos conhecimentos produzidos.

Primeiramente, esta abordagem estimula a descolonização do conhecimento geográfico, desafiando ativamente o eurocentrismo que por tanto tempo definiu o que é considerado como “conhecimento válido”, quem tem o direito de produzi-lo e quais são os temas e espaços dignos de investigação. Ao colocar as experiências, saberes e

perspectivas africanas e afrodiaspóricas no centro da análise, a pesquisa afrocentrada contribui para a construção de uma Geografia plural e policêntrica.

Em segundo lugar, ela promove uma justiça epistêmica fundamental, ao reconhecer e validar os sistemas de conhecimento das comunidades negras, que foram historicamente marginalizados, inferiorizados ou apropriados pela ciência ocidental. O trabalho de campo afrocentrado busca estabelecer relações mais horizontais e dialógicas entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa, concebendo estes últimos como produtores ativos de conhecimento e não como meros informantes ou objetos de estudo. Isso implica um compromisso com a coprodução do conhecimento e com a devolução dos resultados da pesquisa às comunidades de forma acessível e relevante.

Em terceiro lugar, considera-se que a interseção aqui proposta enriqueça o próprio método de pesquisa do trabalho de campo, ao introduzir novos conceitos, categorias de análise e abordagens investigativas necessárias para compreender as complexas realidades das comunidades negras.

Nesta perspectiva, conceitos como afroterritorialidade (Melo, 2019) e a própria noção de localização psicológica (Asante, 1980), ampliam o repertório analítico da Geografia, tornando possível o gerenciamento de um olhar mais cuidadoso com as relações entre espaço, cultura, identidade, poder e resistência negra. O que, metodologicamente, incentiva o uso de abordagens qualitativas e participativas que valorizam a observação, a escuta e a sensibilidade do pesquisador em seu engajamento com o campo. Dessa forma, não existe um manual de como se comportar, ou um roteiro pré-definido a ser seguido, pois cada comunidade possui um princípio organizacional socioespacial particular, constituído a partir de processos sócio-históricos ímpares que precisam ser investigados e sistematizados a partir da crítica de suas próprias especificidades.

Isto posto, aventa-se que perspectiva em tela contribua para a constituição de um olhar crítico, reflexivo e humanizado, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e epistêmica dos diferentes grupos sociais. Pois, ao vivenciar um trabalho de campo afrocentrado, o(a) pesquisador(a) é confrontado(a) com seus próprios preconceitos, e aprende a importância da empatia e do respeito intercultural para

desenvolver uma compreensão mais profunda das complexas interconexões entre o local e o global, o passado e o presente, na configuração das distintas realidades socioespaciais.

Portanto, a perspectiva afrocêntrica alinhada ao trabalho de campo emerge como um caminho possível para a "descolonização" de olhares e práticas, por vezes enrijecidas, que ainda ocupam espaços em certas correntes do pensamento geográfico, ao reavivar e reafirmar de forma contundente padrões hegemônicos nas relações/conexões entre espaço, poder, identidade e história. Enfim, ao estudar as dinâmicas territoriais de comunidades negras sob este prisma, o(a) pesquisador(a) pode revelar com maior profundidade e criticidade como a população negra, seja em África ou no Brasil, produz e organiza suas próprias geografidades.

Considerações finais

A trajetória reflexiva percorrida neste artigo buscou evidenciar a urgência e a potência da intersecção entre o trabalho de campo e a perspectiva afrocentrada, especialmente no que tange aos estudos dedicados às complexas e multifacetadas realidades das comunidades negras. Um exercício reflexivo rumo à descolonização do conhecimento, à promoção da justiça epistêmica e à construção de uma abordagem geográfica, diga-se, comprometida com as lutas por reconhecimento da população negra na defesa de suas próprias geografidades.

Nesta perspectiva, observou-se que a afrocentricidade ao propor a recentralização das experiências, valores e cosmovisões africanas e afrodiaspóricas, oferece um contraponto vital ao método investigativo do trabalho de campo, provocando o(a) pesquisador(a) a um exercício de deslocamento epistêmico, de "localização psicológica" e de desenvolvimento de um "lugar de escuta" ativo, ético e respeitoso na compreensão das diferentes formas e processos que envolvem as dinâmicas socioespaciais da população negra.

Em síntese, a integração da perspectiva afrocêntrica ao trabalho de campo não apenas enriquece a prática científica, mas também contribui para a construção de uma Geografia mais justa e comprometida com a pluralidade. Desta forma, postula-se que o

desafio que se coloca, portanto, é o de difundir, consolidar e aprofundar essa abordagem no âmbito geográfico. Isso implica não apenas em revisitar criticamente os cânones disciplinares, mas também em promover espaços de debate e de formação de futuros pesquisadores - geógrafos(as) e professores(as) - para o estabelecimento de uma prática investigativa que seja, comprometida com o reconhecimento de fatores sócio-históricos, culturais, políticos e econômicos que constituem as diferentes geograficidades das comunidades negras que se desenham por todo o Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. de. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 84, p. 51-68, 2006
- ASANTE, Molefi K. *Afrocentricity: the theory of social change*. Amulefi Publishing Company, 1980.
- _____. *The Afrocentric Idea*. Philadelphia: Temple University Press, 1987.
- _____. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- CARNEIRO, Leonardo de O. A Metrópole Sagrada: Geograficidades de um Rio de Janeiro Afro-brasileiro. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2009.
- CAVALCANTI, Agostinho P. B. Fundamentos históricos metodológicos da pesquisa de campo em geografia. *Geosul*, [S.L.], v. 26, n. 51, p. 39-58, 24 maio 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- CLAVAL, Paul. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. Tradução: Giovanna Thomaz. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 2017, 2013.
- FERREIRA GUIMARÃES, G. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores Negros (ABPN)*, 12 (Ed. Especial), 292–311, 2020. Disponível em: <https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/866>. Acesso em: 5 out. 2025.
- HAMPATÉ BÂ, A. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, J. *História geral da África I, metodologia e Pré-história da África*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2006.
- MELO, Emerson. *A compreensão das dinâmicas territoriais afrorreligiosas a partir da perspectiva da afro-territorialidade: um estudo sobre o processo de constituição, organização e difusão do Candomblé Kétu*. 2019. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15690. Acesso em: 5 out. 2020.
- _____. Afro-territorialidade: uma perspectiva geográfica afrocentrada para compreender as dinâmicas territoriais dos terreiros de candomblé. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 23, n. 87, p. 282–294, 2022. DOI: 10.14393/RCG238759374. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/59374>. Acesso em: 12 mar. 2026.

SANTOS, Renato E. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. Actas Del XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórica-metodológica. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 84, p. 7-24, 2006.

SILVEIRA, A. F. S. *Resistência e protagonismo negro no espaço rural brasileiro: um debate sobre a formação dos territórios de quilombo*. 238 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IGEOG/PPGEO, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15571. Acesso em: 10 jan. 2025.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. *Geographia*, [S.L.], v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.

Data de envio: 28/01/2026

Data de avaliação: 28/06/2026